Seminário Regional de Educação Fiscal
Pólo Cascavel

"Controle Social, Prevenção e Combate à Corrupção"

ALZIRA ESTER ANGELI
Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Paraná

Cascavel - outubro de 2012

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Que Brasil desejamos?

X

Poste energizado dentro de sala de aula - escola estadual construída com recursos de convênio.

Este?

Armazenagem inadequada de alimentos para o preparo da merenda escolar – PNAE.

Este ?

Transporte de doentes

Transporte escolar

Armazenamento de merenda

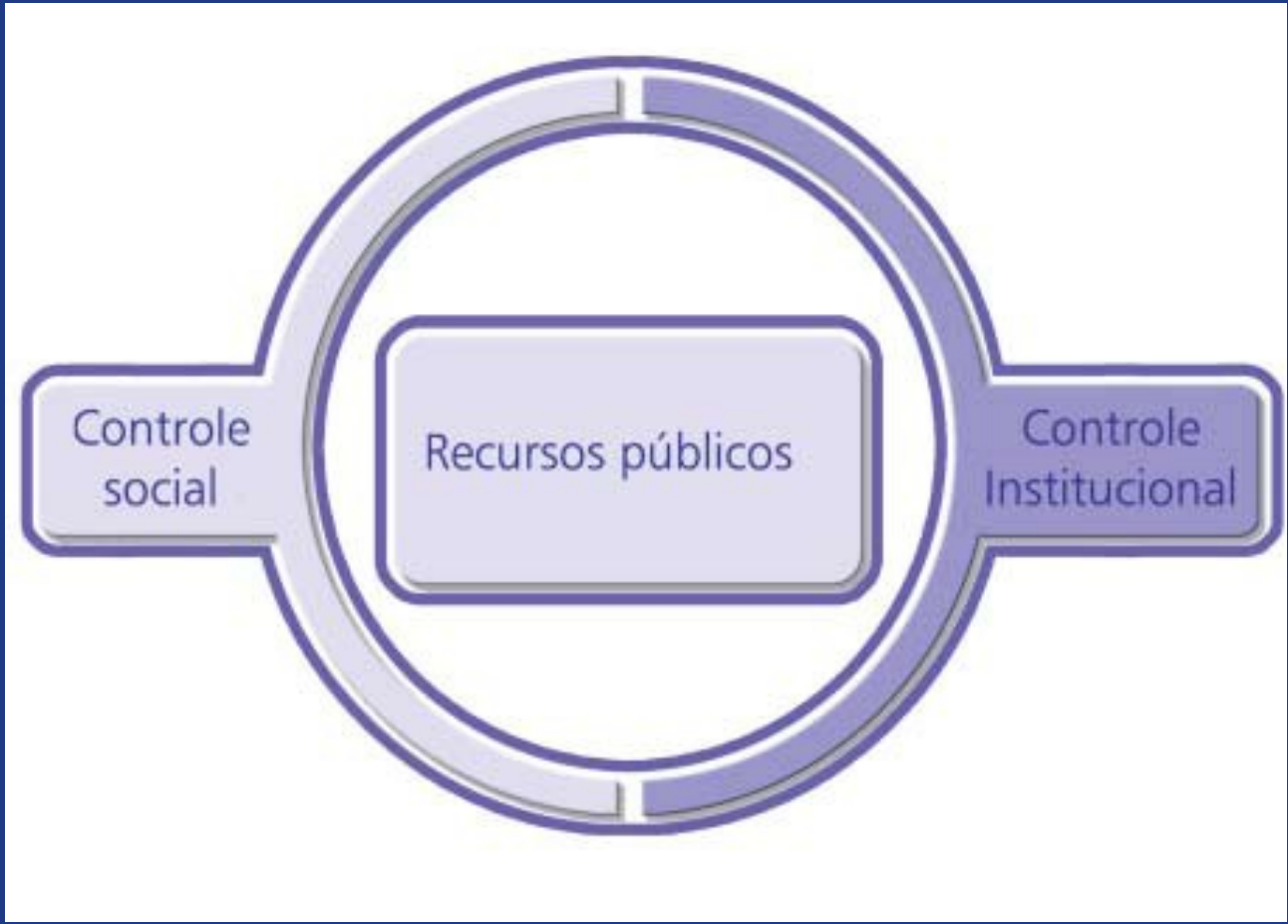
Transporte de doentes

Ou Este?

Armazenamento de medicamentos

Ruas pavimentadas

O Controle dos Gastos Públicos



CGU - Funções Básicas:

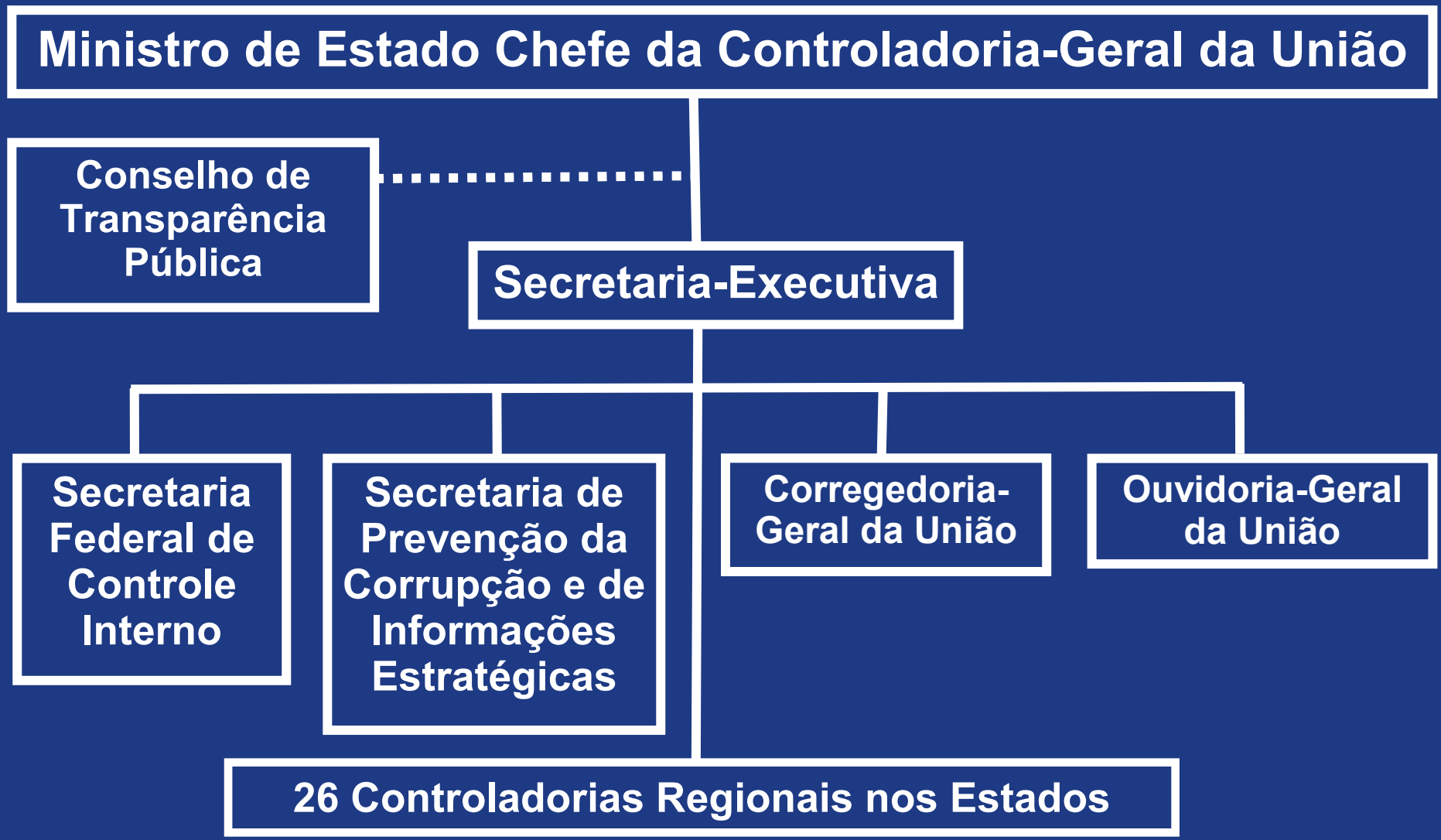
A **CGU** é o órgão de **Controle Interno** do Governo Federal, responsável também pela **Prevenção** e o **Combate à Corrupção**, **além da** função **Correicional**.

Áreas e Formas de Atuação da CGU

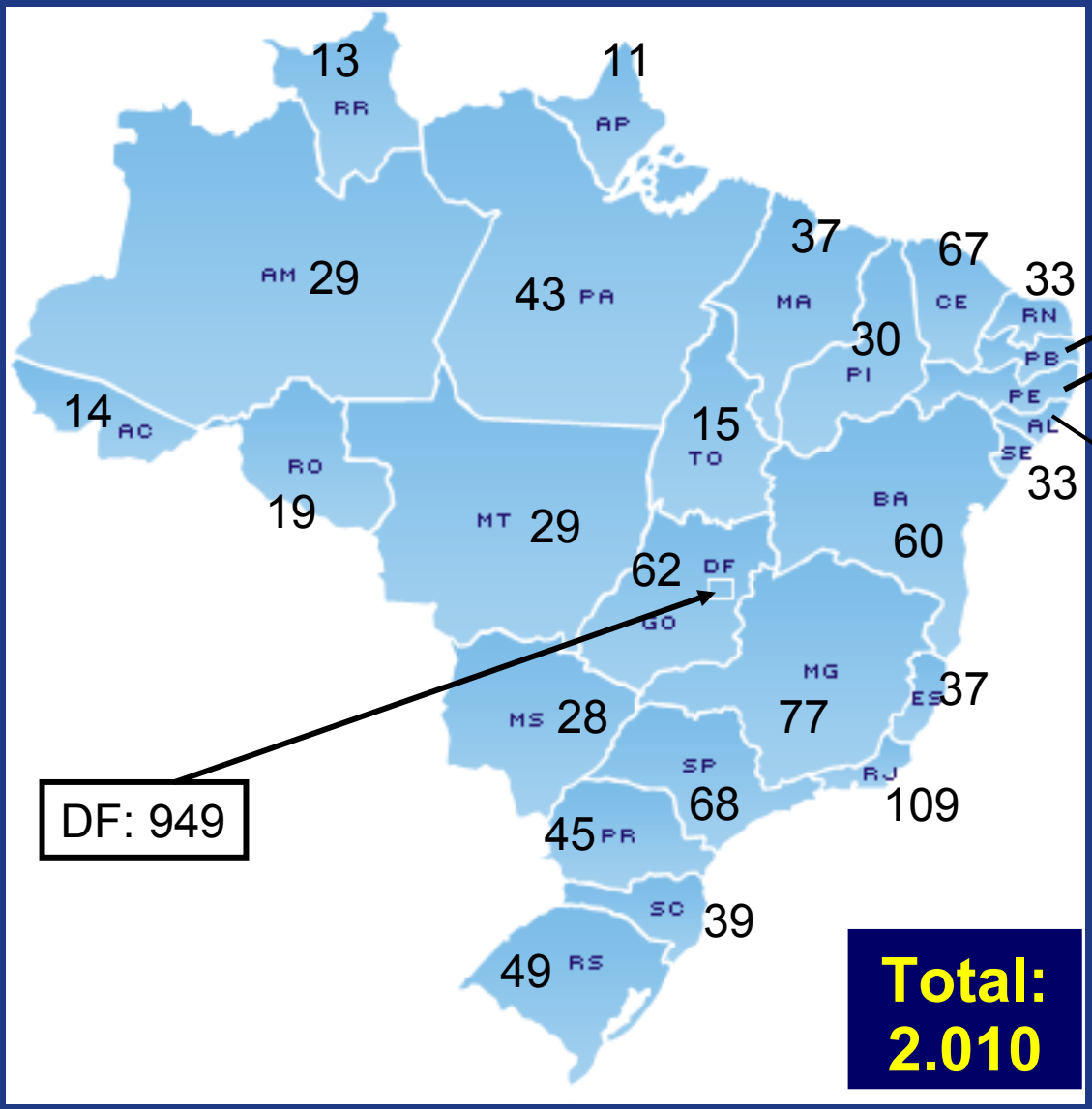
A CGU desenvolve ações de:

1) Controle Interno
   - Orientação
   - Auditoria
   - Fiscalização
2) Correição
3) Prevenção da Corrupção
4) Ouvidoria

Organograma Simplificado



Abrangência Geográfica



Dados de maio/2012

- **Ação Avaliativa** – Auditorias e Fiscalizações
- **Ações Punitivas** – Correições
- **Ações de Ouvidoria** – Incentivo à participação da sociedade
- **Ações Preventivas**
  - Transparência
  - Capacitação – Municípios, Conselhos e Gestores Federais
  - Acompanhamento da despesa

Ações de Controle Interno
(Orientação, Auditoria e Fiscalização)

- Orientação Preventiva aos Gestores Públicos
- Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos
- Avaliação da Execução dos Programas de Governo
- Auditorias Investigativas

Avaliação de Gestão dos Administradores Públicos Federais

- Elaboração da Prestação de Contas da PR
- 600 Auditorias Anuais de Contas para instrução dos processos a serem julgados pelo TCU
- 2000 Auditorias de Acompanhamento da Gestão
- 180 Auditorias de Recursos Externos
- 1000 Certificações em Tomadas de Contas Especiais a serem julgadas pelo TCU
- 138.000 análises de atos de concessão de aposentadoria e pensão

Outras Ações de Controle em números:

- 36 edições de Fiscalização a partir de sorteios:
  - 1.965 municípios fiscalizados: cerca de 35% do total de municípios brasileiros (5.564 municípios)
  - Mais de R$ 16,3 bilhões de recursos públicos federais fiscalizados

- Investigação e apuração de denúncias:
  - 7.723 ações de controle realizadas

Auditorias Investigativas

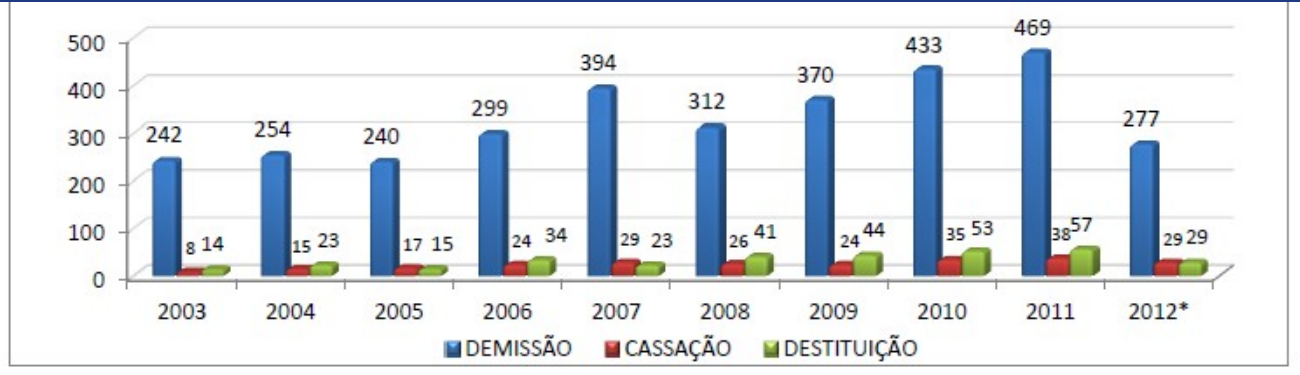
- Auditorias especiais em órgãos e entidades federais onde tenham sido identificados problemas mais graves;
- Apuração de denúncias de cidadãos ou da imprensa;
- Fiscalizações decorrentes de representações do Ministério Público, da Polícia Federal, de Parlamentares e outras autoridades;
- Operações Especiais com a Polícia Federal.

Ações de Correição

- Recomendação ou instauração direta de PADs e de Sindicâncias Patrimoniais
- Revisão dos PADs instaurados fora da CRG/CGU
- Investigação e apuração de operações financeiras suspeitas comunicadas pelo COAF (Parceria CGU-COAF)
- Acompanhamento da evolução patrimonial de servidores públicos (Parceria CGU-RFB)
- Coordenação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Decreto 5.480/2005)
- Declaração de Inidoneidade e Suspensão de Empresas (Lei 8.666/1993)

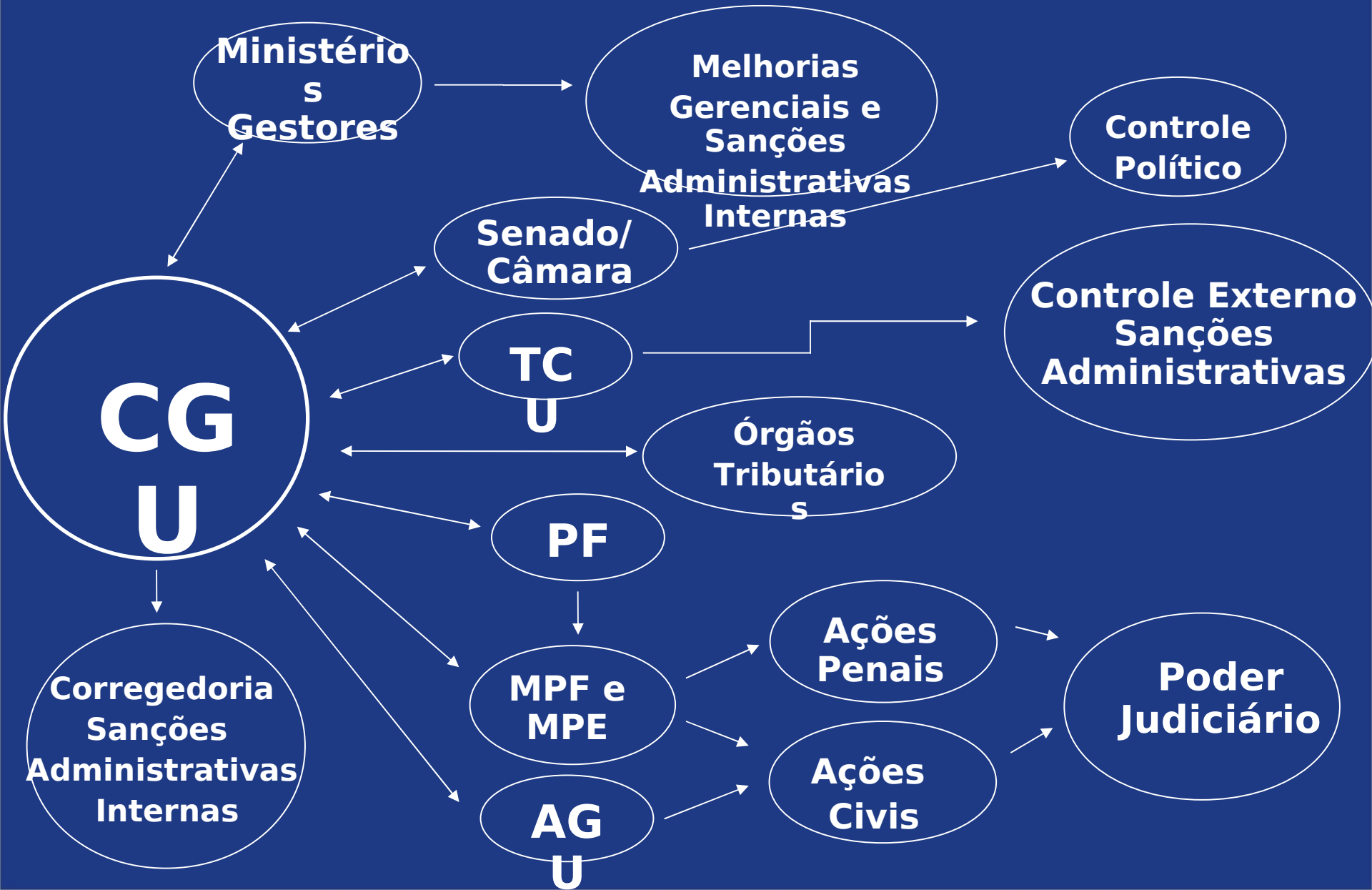
Punições Expulsivas

Punições	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*	TOTAL
DEMISSÃO	242	254	240	299	394	312	370	433	469	277	3.290
CASSAÇÃO	8	15	17	24	29	26	24	35	38	29	245
DESTITUIÇÃO	14	23	15	34	23	41	44	53	57	29	333
TOTAL	264	292	272	357	446	379	438	521	564	335	3.868



*Dados de agosto/2012

Encaminhamentos dos Resultados



Principais Parcerias

- Ministério Público Federal
- Polícia Federal
- Tribunal de Contas da União
- Advocacia-Geral da União
- Receita Federal do Brasil
- Banco Central
- COAF/MF
- Ministério da Justiça
- Comissão de Ética Pública
- Conselho Nacional de Justiça

Rede de Controle da Gestão Pública Paraná

Acordo de Cooperação Técnica para formação de rede de âmbito estadual com vistas à articulação de ações conjuntas para prevenção e combate à corrupção e também incentivo ao controle social.

- ✓ Advocacia-Geral da União
- ✓ Controladoria-Geral da União
- ✓ Departamento da Policia Federal
- ✓ Ministério Público Federal
- ✓ Ministério Público do Paraná
- ✓ Receita Federal do Brasil
- ✓ Tribunal de Contas da União
- ✓ Tribunal de Contas do Estado do Paraná
- ✓ Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Parceria com a Polícia Federal

- Operações Especiais.
- Colaboração técnica em inquéritos policiais e investigações.
- Compartilhamento de informações para fins de responsabilização de servidores públicos e de empresas contratadas pelo Poder Público.

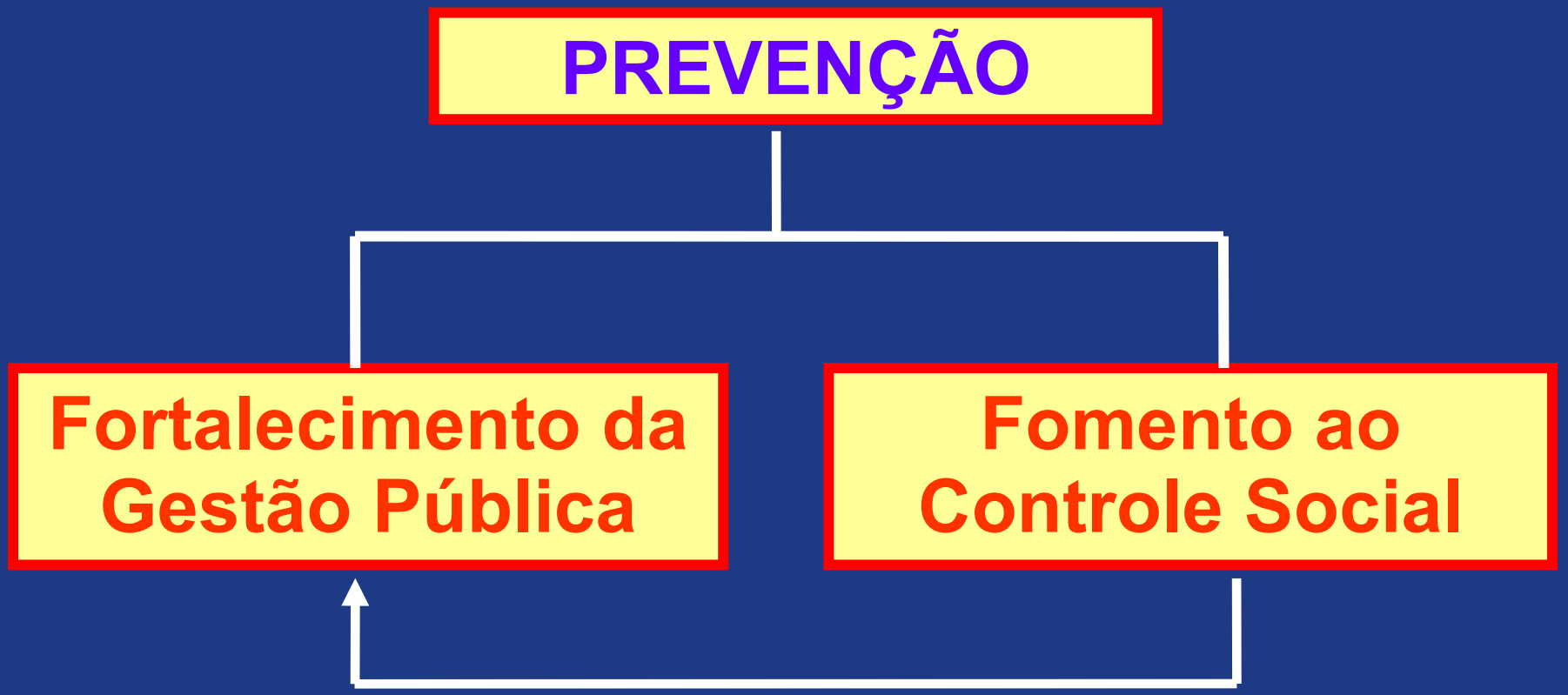
Operações Especiais CGU/PF – alguns exemplos

- Sanguessuga
- Gafanhoto
- Mamoré
- Guabiru
- Pororoca
- Confraria
- Galiléia
- João de Barro
- Voucher
- Vegas
- Monte Carlo
- Navalha
- Vampiro
- Rêmora
- Metástase
- Carranca
- Mecenas
- Rapina
- Mascoth
- Lee Oswald
- Saúde
- Questor
- Alien
- Passárgada
- Toque de Midas
- Vassoura de Bruxa
- Dupla Face
- Anopheles
- Telhado de Vidro
- Parceria
- Déjà Vu
- Liceu
- Pão e Circo
- Resgate
- Insônia

Convênio CGU – Receita Federal do Brasil

- Acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos como instrumento de combate ao enriquecimento ilícito.
- Acesso às declarações de bens e renda dos servidores públicos federais ocupantes de funções de confiança.

(Base Legal: Lei 8.429/92, Decreto 5.483/2005 e Portaria Interministerial MPOG/CGU 298/2007)


PREVENÇÃO
Fortalecimento da Gestão Pública
Fomento ao Controle Social

Ações na Área de Prevenção

1. Promoção da transparência e acesso à informação
2. Estímulo ao Controle Social
3. Educação para a Ética e Cidadania
4. Orientação e Fortalecimento da Gestão
5. Articulação com o Setor Empresarial
6. Implementação das Convenções Internacionais
7. Observatório da Despesa Pública
8. Produção de informações de inteligência
9. Aprimoramento do Marco Legal

Acesso à Informação

↓

Transparência

↓

Controle Social

Histórico da Transparência no Brasil

Clique para editar o estilo do subtítulo mestre

Portal da Transparência

Incremento da Transparência Pública

- **Portal da Transparência**, iniciativa inédita que permitiu o acesso de qualquer cidadão às bases de dados de todas as despesas realizadas pelo governo federal brasileiro.

- **Páginas de Transparência Pública** dos ministérios e das entidades da administração indireta.

Gastos Diretos

Transferências

Exercício

Estado/Município

Categoria de Despesa

Empresas Sancionadas

Transferências a Cidadãos

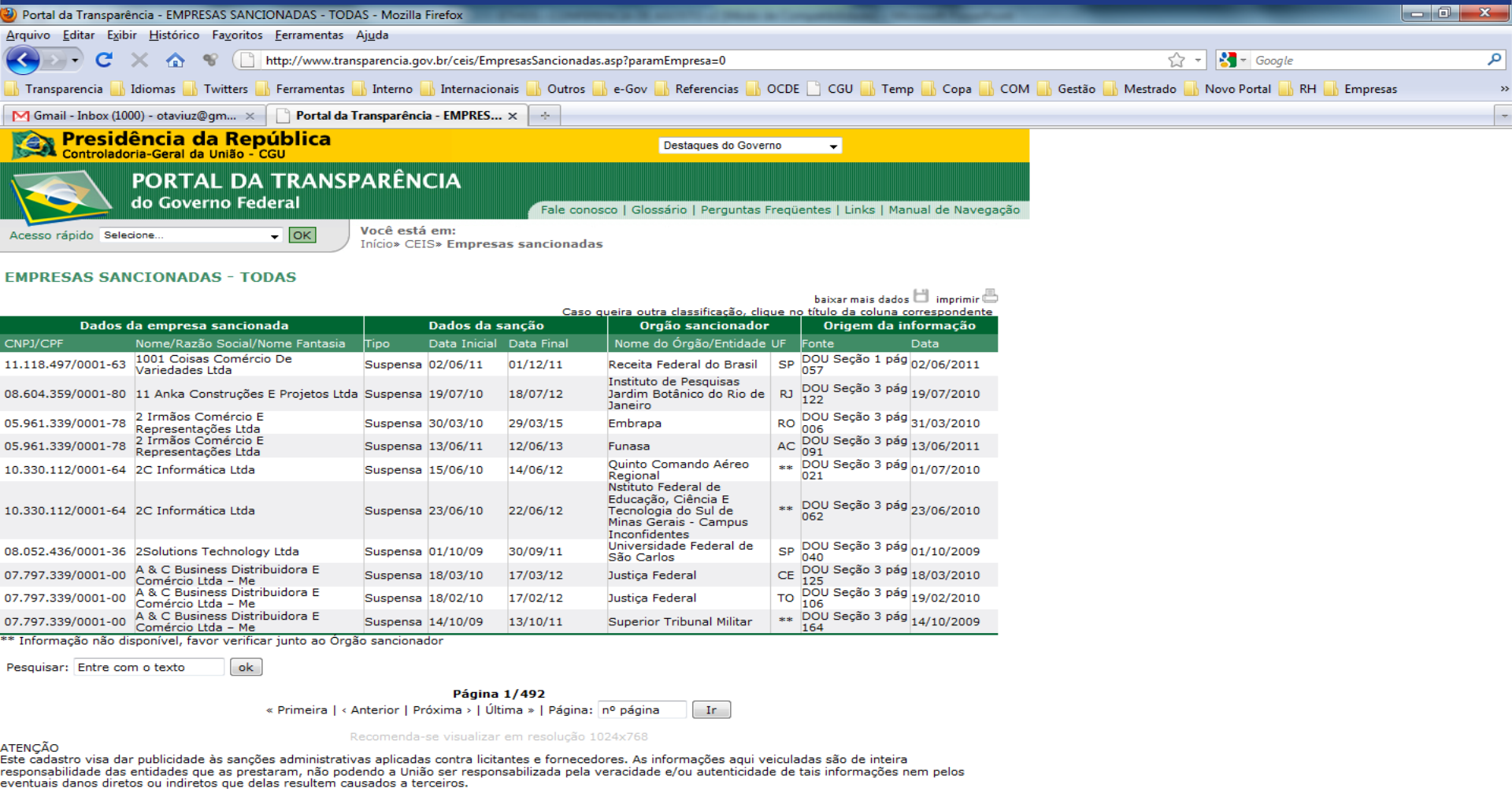
Valores Expostos	R$ 10,387 trilhões
Banco de Dados	1,38 bilhão de transações
Média mensal de visitas	345.500

Portal da Transparência em Números

* até agosto de 2012

Controladoria-Geral da União
CGU

Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS


Portal da Transparência - EMPRESAS SANCIONADAS - TODAS - Mozilla Firefox

Arquivo Editar Exibir Histórico Favoritos Ferramentas Ajuda

http://www.transparencia.gov.br/ceis/EmpresasSancionadas.asp?paramEmpresa=0

Transparencia Idiomas Twitters Ferramentas Interno Internacionais Outros e-Gov Referencias OCDE CGU Temp Copa COM Gestão Mestrado Novo Portal RH Empresas

Gmail - Inbox (1000) - otaviuz@gm... | Portal da Transparência - EMPRES...

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

Destaques do Governo

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Fale conosco | Glossário | Perguntas Freqüentes | Links | Manual de Navegação

Acesso rápido Selecione... OK

Você está em:
Início» CEIS» Empresas sancionadas

EMPRESAS SANCIONADAS - TODAS

baixar mais dados imprimir

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Dados da empresa sancionada		Dados da sanção			Orgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social/Nome Fantasia	Tipo	Data Inicial	Data Final	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
11.118.497/0001-63	1001 Coisas Comércio De Variedades Ltda	Suspensa	02/06/11	01/12/11	Receita Federal do Brasil	SP	DOU Seção 1 pág 057	02/06/2011
08.604.359/0001-80	11 Anka Construções E Projetos Ltda	Suspensa	19/07/10	18/07/12	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	RJ	DOU Seção 3 pág 122	19/07/2010
05.961.339/0001-78	2 Irmãos Comércio E Representações Ltda	Suspensa	30/03/10	29/03/15	Embrapa	RO	DOU Seção 3 pág 006	31/03/2010
05.961.339/0001-78	2 Irmãos Comércio E Representações Ltda	Suspensa	13/06/11	12/06/13	Funasa	AC	DOU Seção 3 pág 091	13/06/2011
10.330.112/0001-64	2C Informática Ltda	Suspensa	15/06/10	14/06/12	Quinto Comando Aéreo Regional	**	DOU Seção 3 pág 021	01/07/2010
10.330.112/0001-64	2C Informática Ltda	Suspensa	23/06/10	22/06/12	Nstituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Inconfidentes	**	DOU Seção 3 pág 062	23/06/2010
08.052.436/0001-36	2Solutions Technology Ltda	Suspensa	01/10/09	30/09/11	Universidade Federal de São Carlos	SP	DOU Seção 3 pág 040	01/10/2009
07.797.339/0001-00	A & C Business Distribuidora E Comércio Ltda – Me	Suspensa	18/03/10	17/03/12	Justiça Federal	CE	DOU Seção 3 pág 125	18/03/2010
07.797.339/0001-00	A & C Business Distribuidora E Comércio Ltda – Me	Suspensa	18/02/10	17/02/12	Justiça Federal	TO	DOU Seção 3 pág 106	19/02/2010
07.797.339/0001-00	A & C Business Distribuidora E Comércio Ltda – Me	Suspensa	14/10/09	13/10/11	Superior Tribunal Militar	**	DOU Seção 3 pág 164	14/10/2009

** Informação não disponível, favor verificar junto ao Órgão sancionador

Pesquisar: Entre com o texto ok

Página 1/492

« Primeira | ‹ Anterior | Próxima › | Última » | Página: nº página Ir

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

ATENÇÃO
Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

Concluído

3.460 empresas declaradas inidôneas e 2.844 suspensas

Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos - CEPIM

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

Destaques do Governo

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Fale conosco | Glossário | Perguntas Freqüentes | Links | Manual de Navegação

Acesso rápido Selecione... OK

Você está em:
Início» CEPIM» Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas

ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS IMPEDIDAS

baixar mais dados imprimir

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Dados da Entidade Privada sem Fins Lucrativos		Dados do convênio		Motivo
CNPJ	Nome/Razão Social/Nome Fantasia	Número	Órgão Concedente	
02.116.042/0001-18	AGENCIA DE DESENV.SUSTENTAVEL DO BRASIL CENTRAL - ADEBRAC	493224	MINISTERIO DO ESPORTE	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
05.542.138/0001-36	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL BRASILEIRA - ADESOBRAS	640414	MINISTERIO DA JUSTICA	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
05.542.138/0001-36	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL BRASILEIRA - ADESOBRAS	702032	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
07.093.505/0001-97	AGENCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE	702046	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
07.093.505/0001-97	AGENCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE	722974	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
07.093.505/0001-97	AGENCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE	723773	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
07.093.505/0001-97	AGENCIA DE TECNOLOGIA, PESQUISA E ENSINO DO NORDESTE	729783	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
25.042.912/0001-57	ALTERNATIVAS PARA A PEQUENA AGRICULTURA NO TOCANTINS	578896	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
91.572.941/0001-55	ANP - AGENCIA NORTE-SUL DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	701144	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	Instauração de TCE com base no Decreto nº 7.592/2011
				Instauração de TCE com base no Decreto

2.442 entidades declaradas impedidas

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

Destaques do Governo

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

COPA 2014
transparência em 1.º lugar

Sobre o site | Legislação | Links úteis | Glossário

- QUADRO RESUMO
- INVESTIMENTOS POR CIDADES
  - Belo Horizonte
  - Brasília
  - Cuiabá
  - Curitiba
  - Fortaleza
  - Manaus
  - Natal
  - Porto Alegre
  - Recife
  - Rio de Janeiro
  - Salvador
  - São Paulo
- OUTROS INVESTIMENTOS

DENÚNCIAS

A CGU na Copa

O site **Copa 2014 - Transparência em 1.º lugar** é uma iniciativa do Poder Executivo Federal, por meio da Controladoria-Geral da União, que tem o objetivo de facilitar o controle social dos recursos públicos que serão investidos para os jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014.

Responsabilidades

A Matriz de Responsabilidades é o documento que apresenta os valores a serem investidos na Copa do Mundo de Futebol em 2014. Ela define o papel dos governos federal, estaduais e municipais, bem como de agentes privados, na liberação de recursos e na execução das ações.

Investimentos não vinculados às cidades-sede

Veja informações sobre contratantes de convênios e pagamentos:

- Cultura
- Desenvolvimento Turístico
- Esporte
- Promoção Comercial e Tecnológica

Estádio José Fragelli (Verdão) - Cuiabá

O Estádio José Fragelli, popularmente conhecido como Verdão, atualmente comporta 40 mil pessoas, mas, para receber jogos da Copa 2014, será reconstruído e terá a capacidade ampliada para 42,5 mil espectadores.

Segundo a Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT), o novo projeto do Estádio Verdão prevê a construção de uma arena simples e funcional. A obra será erguida ao lado do ginásio Aecim Tocantins. Parte das arquibancadas poderão ser desmontadas para que a arena ganhe mais espaço físico provisório.

Saiba mais

Destaques

Informações sobre portos e aeroportos estão disponíveis para consulta

AGU monitora ações judiciais relativas aos preparativos do mundial

Mais destaques

Orientações aos gestores | Perguntas frequentes | Mapa de navegação | Origem dos dados

Jogos RIO 2016

transparência em 1.º lugar

QUADRO RESUMO
INFRAESTRUTURA
Acomodações
Tecnologia
Instalações Esportivas
Meio Ambiente
Transporte
Urbanismo
REALIZAÇÃO
Segurança

DENÚNCIAS

A CGU nos Jogos Rio 2016

O site **Jogos Rio 2016 - Transparência em 1.º lugar** é uma iniciativa do Poder Executivo Federal, por meio da Controladoria-Geral da União, com o objetivo de facilitar o controle social dos recursos públicos que serão investidos nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro.

Paraolimpíadas

Visite o portal do Comitê Paraolímpico Brasileiro e conheça o movimento paraolímpico do Brasil: www.cpb.org.br

Recursos Empregados na Candidatura

Confira detalhes dos gastos da candidatura vitoriosa do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016

Destaque

Governos criam, em Brasília, a Autoridade Pública Olímpica

Dossiê de Candidatura

Conheça o documento que apresenta a candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e entenda como foi realizada a estimativa inicial dos recursos necessários à realização do evento

E o Controle Social?

Controle Social

- ✓ É a participação ativa do cidadão na gestão pública.
- ✓ É mecanismo de Prevenção da Corrupção e de Fortalecimento da Cidadania.

Por que exercer o Controle Social?

- em razão da extensão territorial brasileira,
- em razão do grande número de municípios que o país possui (5.565),
- em razão do princípio da Soberania Popular!

Princípio da Soberania Popular

Constituição Federal, Art. 1º:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Estímulo ao Controle Social

Denúncias pela *Internet*

Denúncia - Requisitos Mínimos:

- ✓ Tratar da aplicação de recursos públicos federais.
- ✓ Descrição do fato com fundamentação mínima que possibilite a apuração.

Denúncia - Observações:

- Denúncia sem elementos mínimos de compreensão e contextualização dos fatos é desconsiderada.
- Identificação do denunciante não é obrigatória (denúncias anônimas são aceitas).
- Denunciante identificado pode eventualmente auxiliar na solução de dúvidas quanto aos fatos apontados.
- Denunciante identificado recebe cópia do relatório conclusivo da apuração.

Denúncia – Importante:

- Sempre que possível, deverá ser anexada documentação que auxilie na comprovação dos fatos denunciados.

- Esses documentos devem ser encaminhados junto com a denúncia - pessoalmente, ou por correspondência, ou anexados como arquivo digital ao formulário de denúncia pela *internet*.

Denúncia – Apresentação:

- **Pela Internet**
http://www.cgu.gov.br/Denuncias/FormularioDenuncia.asp
com o preenchimento e envio do formulário eletrônico de denúncia.

Ou

- **Por correspondência,** enviada para a Controladoria-Geral da União ou para uma das Controladorias Regionais da União nos Estados.

CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Alzira Ester Angeli
Chefe da CGU-Regional/PR

Portal da Transparência

Visite o Portal da Transparência
www.portaltransparencia.gov.br